

UMA REFORMA TRI

Em reunião da Diretoria Plena da Abinee, o deputado Antônio Palocci diz que o cenário econômico permite mudanças no sistema tributário sem aumento de carga

Pesquisa desenvolvida pela PriceWaterhouseCoopers entre 175 países, demonstrando o tempo que as empresas levam para cumprir as obrigações relacionadas aos tributos, identificou que as empresas brasileiras levam, em média, 2.600 horas, enquanto a média mundial gira em torno de 250 horas.

Um dos maiores vértices do chamado Custo Brasil, o estudo revela o impacto nocivo da carga tributária na atividade das empresas, e a urgência de uma reforma tributária que crie um ambiente mais convidativo para o investimento no país.

Em reunião da Diretoria Plena da **Abinee**, realizada em São Paulo, no final de agosto, o deputado federal Antônio Palocci, presidente da Comissão de Reforma Tributária na Câmara, falou sobre os principais pontos da proposta de Reforma que tramita no Congresso. Segundo ele, as condições econômicas atuais do país permitem que seja realizada uma reforma tributária benigna, que não traga aumento de carga.

“Hoje, a arrecadação cresce duas vezes acima do PIB. Não precisa de aumento, só se for por voracidade”, enfatizou Palocci. Ele destacou que o principal ponto da pro-

Boris Tabacof, Aluizio Byrro, Deputado Antônio Palocci, Humberto Barbato, Carlos Eduardo Moreira Ferreira e Hugo Valério.



IBUTÁRIA BENIGNA

posta que tramita no Congresso Nacional é a simplificação do sistema tributário. “Nossas empresas se modernizaram, o Fisco se modernizou, mas o sistema tributário continua antigo e complexo”, afirmou. Para ele, esta defasagem deve ser superada.

Palocci salientou que mais importante que a carga é a complexidade do sistema tributário, que incentiva a informalidade. Segundo ele, a pressão sobre a empresa formal passa do limite suportável. “A cada 51 minutos, temos uma nova norma tributária”, exemplificou.

Para o presidente da **Abinee**, Humberto Barbato, a simplificação também faz parte das expectativas do setor em relação à reforma. “Isto tudo faz parte do Custo Brasil”, enfatizou. Segundo ele, com a moeda valorizada e os juros elevados, as melhorias na infra-estrutura, aliadas à reforma tributária, são fundamentais para tornar a indústria competitiva.

Barbato destacou que ainda acredita que a reforma seja aprovada, embora considere que não seja a proposta ideal. “É melhor a reforma como está, do que nenhuma”, afirmou. Para ele, o Brasil deve aproveitar o momento pelo qual o país passa. “O vento é favorável, o Brasil está crescendo e a arrecadação também”, disse.

Desoneração dos investimentos

Segundo Palocci, na proposta de reforma tributária, a intenção é promover a desoneração dos investimentos. Para ele, a tendência lógica e inteligente é eliminar a tributação do investimento e tributar o lucro. “Atualmente, o empresário decide investir



e o governo toma 1/4 dos investimentos”, destacou.

Durante a reunião, Antônio Palocci respondeu a questões dos representantes das empresas associadas da **Abinee** e lembrou os principais pontos da proposta que tramita no Congresso, entre elas a junção da CSLL com IRPJ, e a criação do IVA federal, que agregará PIS/Cofins e Cide.

Palocci destacou, também, a unificação da legislação e das alíquotas do ‘novo’ ICMS estadual, que tem sido um dos pontos onde há maior resistência. “No entanto, o problema não é a propriedade do tributo como os governadores afirmam; a questão é ter 27 leis para o mesmo imposto”. “Além disso, - acrescentou o deputado - a cobrança deixará de ser na origem e passará a ser no destino”.

encontro com o deputado Antônio Palocci

A reforma prevê, também, zerar o prazo de compensação de PIS/Cofins e, no caso do ICMS, a intenção é reduzir de forma progressiva até chegar a zero.

Palocci disse, ainda, que a reforma tributária deve corrigir a distorção ocasionada pelos créditos de impostos acumulados, e citou empresas que têm cerca de R\$ 15 bilhões de créditos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para receber dos Estados. “Uma das coisas que é óbvia, mas que devemos deixar claro, é que crédito é crédito”, enfatizou.

Como forma de facilitar o processo, o deputado comentou que a utilização da nota fiscal eletrônica servirá para reduzir a pressão das empresas. “Isto ajudará a simplificar a tal ponto que trará as empresas para a tributação e para a formalidade”, disse.

Outro ponto importante da proposta é a preservação dos benefícios dados aos setores, como o caso da Lei do Bem. Palocci lembrou que, até anos atrás, 70% do mercado de PCs era ilegal, e, com a isenção do PIS/Cofins, o problema foi resolvido, deixando bem claro o quanto a tributação era o problema do setor. “É de conhecimento geral que a Lei do Bem foi saudável para as empresas”, afirmou.

O presidente da **Abinee**, Humberto Barbato, acrescentou que a iniciativa, que teve participação do deputado Palocci, quando à frente do Ministério da Fazenda, proporcionou também aumento de arrecadação por parte do governo. “Este é o exemplo de que a desoneração estimula a produção e, conseqüentemente, traz o aumento de arrecadação”, completou Barbato.



ISO 9001 CE RoHS

41 3661-2200
nilko.com/cabines

Produto sob medida | Projeto sem custo | Melhor prazo de entrega



Tecnologia Suntracer
Sistema automático de posicionamento solar



Parede Dupla
Evita condensação interna e melhora a dissipação térmica



Filtro MEF
Com tecido Gore TEX® que permite excelente fluxo de ar e impermeabilidade



Trocador de Calor Ar/Ar
Com chapa plissada, maior eficiência na troca de calor



Ar Condicionado
Garantia de controle de temperatura na medida certa